



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003751-92.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Nivaldo Aparecido Delello**
 Requerido: **Fundação Sudameris**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 23/05/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos.

Nº de Ordem: 2218/12

VISTOS

NIVALDO APARECIDO DELELLO ajuizou Ação **ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, com pedido de tutela antecipada** em face de **FUNDAÇÃO SUDAMERIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que é ex empregado aposentado da empresa ré, tendo pleiteado a ela a sua inclusão, bem como a de sua esposa como beneficiários da Clínica Grátis para aposentados o que lhe foi negado. Em março de 2005, por ocasião de seu desligamento da Fundação, solicitou administrativamente a concessão de tal benefício, contudo não obteve êxito. Requer assim, a total procedência da ação, devendo a ré ser condenada a implantar e custear o benefício descrito. A inicial está instruída com documentos às fls. 14/101.

Pelo despacho de fls. 102, foi indeferida a tutela antecipada.

0003751-92.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação, alegando preliminarmente, que: houve acordo firmado entre o reclamante e o reclamado na Ação proposta junto a Justiça do Trabalho na 4ª vara e como prejudicial do mérito, a prescrição. No mérito, sustentou: 1) que o autor não se enquadra em nenhuma hipótese que lhe assegure a manutenção de permanência na Fundação; 2) que a relação da Fundação Sudameris com seus associados não pode ter tido como relação de consumo, por se tratar de negócio jurídico previdenciário; 3) que não existe nenhum perigo de dano irreparável, e o autor não faz jus aos citados benefícios. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 148/160

Pelo despacho de fl. 165, foi determinada a produção de provas. O autor demonstrou desinteresse e o Réu não se manifestou.

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls. 180, o autor apresentou alegações finais às fls. 181/185 e o Réu apresentou às fls. 187/190.

O julgamento foi convertido em diligência (fls. 192) e, na sequência, o Autor carreteou documentos às fls. 194/253.

É o relatório.

DECIDO.

O Juízo deve se pronunciar apenas sobre o que

0003751-92.2013.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

foi pedido e, inclusive acabou reforçado a fls. 183.

Os autores pedem a condenação da ré a implantar e custear o convênio médico hospitalar dentário e farmácia ("Clínica Grátis para Aposentado"), "sem custo nenhum" para ambos (textual de fls. 11).

O referido benefício esta previsto no Capítulo III, art. 11 do Regulamento Interno da Fundação e exige, para sua concessão uma contribuição de no mínimo 25 aos e a solicitação de aposentação ao INSS.

São esses os requisitos.

A ré confirma que a adesão do autor se deu em 21/01/76. Admite também que seu desligamento ocorreu em 08/03/2005, portanto, 29 anos após.

Na ocasião da demissão, do desligamento, o autor já havia contribuído pelos 25 anos exigidos.

Mesmo que assim não se entenda o autor se enquadra no regime especial do parágrafo 1º do sobredito dispositivo regulamentar, pois em 31/12/1992 já havia contribuído por mais de 15 anos!!!

Por outro lado o autor é aposentado perante o INSS recebendo, atualmente, o benefício 146.445.256-0 (aposentadoria por tempo de contribuição) – v. fls. 36.

O contrato examinado se enquadra na categoria dos "Planos de Saúde" e como tal, deve ser interpretado sempre de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do artigo 47 do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de inviabilizar o objeto do próprio ajuste (acesso à saúde),



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

o que viola o inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 51 do mesmo diploma legal.

Nessa linha de pensamento só resta ao Juízo impor a ré a inclusão do autor e sua esposa (dependente) no rol de beneficiários da “Clínica Grátis para Aposentados”, fornecendo a eles, na sequência, toda a cobertura pertinente, e que vem sendo destinada aos demais usuários.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PLEITO INICIAL**, para o fim de determinar que a ré faça a inclusão do autor e sua esposa (como dependente) no rol de beneficiários da “Clínica Grátis para Aposentados”, determinando, como consequência, que a eles sejam fornecidos toda a cobertura pertinente, e que vem sendo destinada aos demais usuários.

No mais, presentes os requisitos do artigo 273 do CPC, antecipo os efeitos da tutela, determinando que referida implantação se dê **no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**.

Ante a sucumbência, fica a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P. R. I.

São Carlos, 13 de junho de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

0003751-92.2013.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**